



ATO Nº 006/2008 – CA

O DIRETOR-GERAL DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições estatutárias e tendo em vista decisão do Conselho Administrativo tomada à unanimidade de seus membros, em reunião realizada no dia **10 de abril de 2008**,

RESOLVE

Instituir o **II Concurso de Monografias Jurídicas da Fundação Escola Superior do MPDFT**, objetivando valorizar as monografias elaboradas pelos alunos da graduação do curso de Direito das Universidades e das Faculdades do Distrito Federal, nos seguintes termos:

REGULAMENTO

1. DA INSCRIÇÃO

1.1 **Da participação:** Poderão participar do Concurso todos os alunos da graduação do curso de Direito, **com trabalhos devidamente aprovados pela Universidade e/ou pela Faculdade nos anos de 2007 ou 2008**, inscritos e aprovados no Processo Seletivo do Curso de Pós-Graduação Ordem Jurídica e Ministério Público, conforme edital divulgado no sítio <http://www.escolamp.org.br>.

1.2 **Da apresentação:** O aluno deverá apresentar apenas um trabalho, inédito (não publicado), confeccionado de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, contendo no máximo 60 (sessenta) laudas, em 05 (cinco) vias impressas, devidamente acondicionadas em envelope lacrado, identificadas com o título da monografia, nome completo do autor e instituição de ensino que está matriculado, versando, especificamente, sobre temas jurídicos de Direito Penal, Processual Penal, Civil, Processual Civil, Administrativo, Constitucional, Tributário, Comercial, Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente e Ministério Público. Não serão aceitos trabalhos em co-autoria.

1.3 **Período de inscrição:** **Até 4 de julho de 2008**. Serão considerados inscritos os trabalhos entregues na Secretaria da FESMPDFT, situada no SRTV/Sul, Quadra 701, Bloco I, 4º Andar, Brasília/DF, CEP: 70.340-000, Telefone (61) 3226-4643.

2. DA PREMIAÇÃO

2.1 A Comissão Julgadora escolherá as 5 (cinco) melhores monografias, ordenando-as por ordem crescente, as quais poderão ser publicadas em Revista própria, a critério da Fundação Escola Superior do MPDFT, em papel ou mídia.

2.2 Será concedida bolsa de estudos para o Curso de Pós-Graduação Ordem Jurídica e Ministério Público/2008_2º semestre aos 5 (cinco) classificados nos seguintes termos:

- 1º lugar = integral
- 2º lugar = 50%
- 3º lugar = 40%
- 4º lugar = 30%
- 5º lugar = 20%



- 2.3 Os contemplados terão direito às bolsas partir do ano e semestre referidos no item anterior. Não será admitido aos selecionados que posterguem o início do curso para outra data, tampouco que o suspendam, sob pena, em ambos os casos, de perda de bolsa.

3. DA COMISSÃO JULGADORA

- 3.1 A Comissão Julgadora será composta por integrantes, indicados pelo Conselho Administrativo da FESMPDFT, e coordenada por um Presidente.

- 3.2 Na apreciação dos trabalhos, serão considerados, além da pertinência, os critérios de conteúdo, clareza, linguagem, apresentação, criatividade e aplicabilidade.

- 3.3 Cada candidato terá acesso à sua nota final e à sua classificação, cuja menção será expressa em notas de 0 (zero) a 4 (quatro) para efeito exclusivo do Concurso.

- 3.4 A divulgação dos resultados ocorrerá até o dia **4 de agosto de 2008**, podendo essa data ser prorrogada a critério do Presidente da Comissão.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 4.1 As avaliações da Comissão Julgadora são irrecorríveis.

- 4.2 A classificação da monografia entre as 5 (cinco) melhores implica autorização para publicação e/ou reprodução do trabalho premiado, a critério da FESMPDFT, desde que sem fins lucrativos e mediante prévia comunicação ao autor, o qual continuará a exercer os direitos inerentes à sua propriedade intelectual sobre a obra.

- 4.3 Os originais dos trabalhos passarão a compor o acervo da FESMPDFT.

- 4.4 A FESMPDFT obriga-se a divulgar a classificação dos candidatos até o 5º lugar.

- 4.5 É vedada a participação de parentes e afins até 3ª grau civil dos membros da Comissão Julgadora e dos Conselheiros da FESMPDFT.

- 4.6 Ao inscrever-se, o concorrente adere às normas expressas neste Ato. A não-observância de quaisquer dos requisitos implicará a desclassificação automática do candidato.

- 4.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do II Concurso de Monografias Jurídicas da Fundação Escola Superior do MPDFT.

Brasília/DF, 10 de abril de 2008.


Vetuval Martins Vasconcelos
Diretor-Geral